

ticos, visando sempre ao fortalecimento da economia paulista.

Foi dada atenção especial à renovação da lavoura cafeeira.

O Conselho de Política Econômico-Financeira do Estado estudou uma política de incentivo às exportações e à execução de uma política de financiamento para o desenvolvimento com a criação, em 1970, de um Banco de Desenvolvimento.

A receita orçamentária para 1969, foi de 7 bilhões de cruzeiros novos. Alcançado o equilíbrio em 1968, normalizou-se a gestão financeira do Estado. Em 1969 consolidou-se o equilíbrio, como ampliou-se o volume de investimentos, aperfeiçoou-se a administração financeira e deu-se execução, com grande êxito, ao orçamento-programa.

Alterou-se o prazo para recolhimento do ICM, de quinzenal para mensal, reforçando o capital circulante das empresas, mesmo transferindo para 1970 o recolhimento do produto de uma quinzena.

Permitiu-se o pagamento-parcela do ICM, até 60 prestações, medida de grande estímulo para as empresas em transitória dificuldade.

Os estímulos fiscais atuaram fecundamente, de que é exemplo a exportação do algodão, que passou de 200 mil toneladas, em 1968, para 400 mil toneladas, em 1969, carreando divisas para o País.

A seleção rigorosa das despesas é que garantiu o equilíbrio orçamentário e permitiu essas economicamente estimulantes reduções da receita.

O produto do ICM teve um crescimento real de 9,59% em relação a 1968.

O balanço orçamentário acusou "superavit" de NCr\$ 87.884,95, de pequeno valor, mas comprovando a boa execução orçamentária.

Os investimentos atingiram a cifra recorde de 1,5 bilhões de cruzeiros novos, o que significa três vezes o que se investiu em 1967.

Iniciou-se em escala ampla o processamento eletrônico de dados na administração orçamentária.

Foram incorporadas à legislação paulista as alterações na sistemática do ICM emanadas da esfera federal.

Aperfeiçoaram-se as normas de redução de penalidades e de parcelamento de débitos, com vantagens maiores às empresas.

Instituiu-se o sistema de informações econômico-fiscais com a criação do Centro de Informações Econômico-Fiscais.

Criou-se o Serviço Fiscal de Microfilmagem na Grande São Paulo.

Completoou-se a reforma da Secretaria na área da Coordenação da Administração Financeira, foi criado o Departamento de Orçamentos e Custos.

Realizaram-se cursos de treinamento e de seleção de pessoal.

Foi autorizada a constituição da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), efetivada em outubro por escritura pública.

Desmobilizou-se o patrimônio do Instituto do Café do Estado de São Paulo, que permitiu acúmulo de vultosa importância que será aplicado no programa do Governo.

O GERA reestruturou as Secretarias de Educação, Saúde e Agricultura, prosseguindo nos trabalhos de reestruturação da Segurança Pública e Promoção Social.

No Banco do Estado de São Paulo foi criada a Agência Central de São Paulo, separando-se a Alta Administração, das funções operacionais diretas.

Transformou-se o Banco em sociedade de capital aberto, elevando-se o capital social de NCr\$ 102.095.227,00 para NCr\$ 242.000.000,00. As suas ações atingiram a mais alta cotação de sua história, atingindo até 12 vezes o valor nominal.

Foi instalado o escritório do Banco em Nova York.

Os recursos líquidos operados aumentaram de 54,4%.

Foram instaladas mais 16 agências, salientando-se as de Maceió, Manaus, São Luiz, Cuiabá e Caxias do Sul.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Esta análise da política econômica e financeira do Estado demonstra que o meu governo conseguiu, graças ao comportamento fabuloso da nossa economia, o milagre de colocar São Paulo em situação de maior prosperidade de sua história, abrindo admiráveis perspectivas para a década de 70. O orçamento para 1970 é superior à metade do orçamento da União.

Estendi-me na descrição das medidas de recuperação e de consolidação financeira, pois elas eram a base para a política que pudemos exercer nos outros setores da Administração.

De posse desse instrumento de segurança financeira e creditícia, foi possível ao governo atuar com eficácia no campo da Educação, da Saúde, das Obras Públicas, do Transporte, da Cultura.

Resumiremos, agora, limitando-nos apenas à enumeração das principais realizações, o que foi feito nesses setores vitais da Administração.

Educação

No ensino elementar, que recebe a faixa etária de 7 a 11 anos, ampliou-se extraordinariamente a admissão de alunos. No ano de 1967 foram criadas 3.000 classes de ensino elementar e restabelecidas 3.000 de emergência, antes suprimidas.

O ensino pré-primário, que é um laboratório de demonstração e de estágio de professores, atingiu em 1969, 1.477 classes oficiais, com 39.811 matrículas, 360 municipais, com 8.903 matrículas, ... 1.003 particulares, com 24.845 matrículas e 52 mantidas pelo SESI com 1.437 matrículas.

O ensino primário teve sua rede ampliada em escala inédita.

Para atender ao crescimento vegetativo seriam necessárias 1.600 classes por ano e o governo conseguiu criar nos últimos 5 anos, mais de 3.000 classes em cada exercício, superando as exigências daquele crescimento. Só em 1969 foram criadas 3.576 unidades.

O número de matrículas foi, no fim do triênio, de 1.835.840.

No ensino típico rural as matrículas alcançaram o total de 17.079 alunos, nos 100 municípios servidos e nos cursos de férias para professores, para difusão de técnicas ruralistas, a frequência passou de 3.148 participantes em 1967, para 5.879 em 1969.

No ensino secundário e normal, ao qual dedicou o governo a sua máxima atenção, os resultados do triênio foram marcantes. As duas providências fundamentais foram a eliminação dos exames de admissão ao ginásio e a implantação da escolarização de 8 anos, favorecendo assim ampla faixa popu-